



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00061 de 5 de dezembro de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90108/2024

Proc. nº (TRF2-EOF-2024/00156)

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº DG-SEI 131 de 22/11/2024, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 23/12/2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Classif. documental

00.01.01.17



TRF2EDT202400061A

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Minuta de termo de contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos para adequação das instalações elétricas, de cabeamento estruturado e de detecção e alarme de incêndio do prédio do Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro-RJ, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;



2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **(valor total)**, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA



5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preços unitários e totais do objeto, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme modelo constante do ANEXO II deste Edital;

5.1.6.2 – Cálculo do Fator “K” - detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo constante deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de execução**, que deverá ser de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.

5.1.8.1 - O prazo de execução de cada etapa será:

5.1.8.1.1 - Anteprojeto: 30 (trinta) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.

5.1.8.1.2 - Projeto Executivo (incluindo Caderno de Encargos, Planilhas Orçamentárias e Cronograma): 60 (sessenta) dias a contar da aprovação do anteprojeto pela Fiscalização;

5.1.8.1.3 - Aprovação junto ao IPHAN: 30 (trinta) dias corridos a contar da data da entrega do projeto executivo.



5.1.9 - **Prazo de garantia**, será de, no mínimo, 1 (um) ano, a contar da data do recebimento definitivo de que trata o item 15 deste Edital;

5.1.9.1 - A Contratada é responsável pelo projeto realizado e dará garantia desse projeto, no sentido de que este atenda a todos os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo e nas normas aplicáveis segundo a legislação Brasileira.

5.1.9.2 - Caso haja, porventura, erro(s) de projeto, mesmo que descoberto durante a execução dos serviços, seja no conjunto, subconjunto e detalhes, considerando falta de especificação técnica geral, como também o bom uso das normas, a Contratada se responsabilizará pela correção do projeto, e por eventuais custos resultantes da execução dos serviços.

5.1.9.3 - A Contratada é corresponsável pelo produto final, juntamente com a empresa que executará o serviço, no sentido de que este atenda a todos os requisitos técnicos do projeto.

5.1.10 - **Prazo de vigência**: que será de 180 (cento e oitenta) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante.

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:



5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;



6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **(valor total)**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.



7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, **R\$ 300,00 (trezentos) reais**, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.



8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR (valor total)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora.

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49, da LC nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2022, utilizar-se-á o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.



8.7 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos nos subitens 8.4 e 8.6 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.8 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR (valor total)**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.9 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.10 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.11 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.11.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.12 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o pregoeiro aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.14 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:



a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.



9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

9.5.2 - Comprovação de capacitação técnico-operacional mediante a apresentação de um único atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que comprove elaboração de projeto de instalações prediais com área mínima de 1.380m² (30% da área total construída).



9.5.3 - Comprovação da capacitação técnico-profissional de engenheiro eletricista, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA, que comprove elaboração de Projeto executivo elétrico de edificação com demanda de energia mínima de 255 kVA (30% da demanda do prédio do CCJF);

9.5.3.1 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.3.2 - No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

9.5.3.3 - Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior não será admitido o somatório de atestados.

9.5.4 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

10 - VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

10.2 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a Subsecretaria de Manutenção Predial, pelo telefone 2282-8233 ou pelo e-mail smap@trf2.jus.br.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa



02.122.0033.219Z.
6013

214.346

4.4.90.51.80

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;



15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 – O pagamento será efetuado, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), da seguinte forma:

- 30% do valor total - na entrega da Etapa 1 – Anteprojeto das Instalações elétricas, de cabeamento estruturado e SDAI.
- 60% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Projeto Executivo de Instalações elétricas (incluindo Padrão de entrada), de cabeamento estruturado e SDAI.
- 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Aprovação junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH.

16.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.



16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.3- Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.?



17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;



17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18 - DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

18.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

18.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

18.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

18.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

18.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

18.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.



18.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

18.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

18.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 18.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

18.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2024/00431

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

1.1.1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos executivos para adequação das instalações elétricas, de cabeamento estruturado e de detecção e alarme de incêndio do prédio do Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro-RJ.

1.1.2 DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

1.1.2.1 Situado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro-RJ, o prédio destina-se a abrigar o Centro Cultural da Justiça Federal. O prédio possui cinco pavimentos, com uma área total construída de 4.690 m². Ocupa um terreno de 3.718,95 m², sendo 1.325 m² de área externa.

1.1.2.2 O prédio é tombado nas esferas Municipal, Estadual e Federal e foi construído entre 1905 à 1909, com estilo eclético. Possui vários elementos artísticos, tais como ornatos, estuques, vitrais e pinturas em afresco, possuindo ainda uma escadaria em mármore carrara e portas em madeira trabalhadas com entalhes artísticos.

1.1.2.3 O prédio conta com algumas modernidades instaladas após seu restauro tais como elevadores, sistema de ar-condicionado, sistema de incêndio e infraestrutura predial modernizada.

1.1.2.4 Constituído de cinco pavimentos, sendo 1 subsolo, possui um teatro, um cinema, uma biblioteca e uma sala museológica que abriga eventos e pequenas palestras. O prédio abriga área administrativa, área cultural e educativa.

1.1.3 DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

1.1.3.1 A contratação tem como objetivo a elaboração de projetos elétricos, de cabeamento estruturado e de detecção e alarme de incêndio (SDAI) e documentação complementar para o edifício do Centro Cultural da Justiça Federal.

1.1.3.2 Contratada deverá cumprir as condições, quantidades e requisitos estabelecidos neste documento e elaborar todos os projetos e documentos necessários, em conformidade com a norma da concessionária e demais normas vigentes. A execução dos serviços previstos neste Termo de Referência será dividida em duas etapas distintas:

1.1.3.2.1 Etapa 1: Elaboração de Anteprojeto;

1.1.3.2.2 Etapa 2: Elaboração dos projetos executivos e documentação complementar;

1.1.3.2.3 Etapa 3 : Aprovação do projeto junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH

1.1.3.3 ETAPA 1 – Elaboração Anteprojeto

1.1.3.3.1 A Contratada deverá desenvolver o Anteprojeto, baseado tanto nas plantas dos projetos elétricos, de cabeamento estruturado e SDAI existentes (que serão fornecidas pelo contratante), quanto em levantamento de campo a ser realizado no prédio do CCJF, detectando alterações efetuadas na rede e eventuais problemas estruturais e de preservação histórica que possam impedir a passagem da infraestrutura das instalações.

1.1.3.3.2 Os projetos existentes serão entregues à CONTRATADA, de acordo com a lista a seguir, para verificação e eventual atualização, caso necessário.

Classif. documental

30.01.01.01



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

PROJETO - PLANTAS EXISTENTES

Arquitetura - Planta de situação, Planta baixa de todos os pavimentos, Planta de Cobertura, Cortes
Elétrico - Plantas Baixas, Diagrama unifilar
Cabeamento estruturado - Plantas Baixas, Diagrama
Detecção e alarme à incêndio - Plantas Baixas, Esquema
Ar condicionado - Plantas Baixas

1.1.3.3.2 A Contratada deverá considerar como premissa a substituição de toda infraestrutura elétrica, de cabeamento estruturado e de SDAI existente, bem como materiais e equipamentos instalados, salvo em locais e situações específicas que a Fiscalização definir o aproveitamento de algum equipamento.

1.1.3.3.3 Deverão ser levantadas em campo as características estruturais e arquitetônicas de cada local para compor a solução mais adequada para infraestrutura elétrica, de cabeamento e SDAI, que deverá ser apresentada à Fiscalização do TRF2.

1.1.3.3.4 Tratando-se de prédio Tombado, certas interferências na parte arquitetônica e estrutural da edificação não poderão ser executadas em decorrência das regulamentações vigentes. Por este motivo, a contratada deverá apresentar no escopo dos projetos soluções para tais problemas de acordo com as normas de preservação histórica.

1.1.3.3.5 A Contratada deverá apresentar uma ou mais soluções possíveis para os problemas encontrados para que seja definida, junto à Fiscalização, a solução mais adequada.

1.1.3.3.6 Os projetos deverão estar harmonizados com os demais projetos da obra, observando a não interferência entre elementos dos diversos sistemas, contemplando as facilidades de acesso para inspeção e manutenção do sistema.

1.1.3.3.7 Os projetos deverão ser dimensionados em conformidade com as plantas de "layouts" de arquitetura, quanto ao posicionamento das áreas de trabalho e quanto ao posicionamento das salas de exposição, treinamento, cinema e teatro, devendo sempre que possível adotar meios que permitam a flexibilidade para eventuais mudanças de layout.

1.1.3.3.8 PROJETO ELÉTRICO

1.1.3.3.8.1 A Contratada deverá apresentar em um relatório as falhas atuais do sistema elétrico e as correções necessárias, que deverá estar em total consonância com o RECON-BT da Light, bem como as normas elétricas vigentes.

1.1.3.3.8.2 Deverão ser apresentados os seguintes projetos:

- Plantas de todos os pavimentos com o traçado dos condutores, a locação dos pontos de força e iluminação e localização dos quadros de distribuição;
- Topologia geral das instalações elétricas, que consiste em um diagrama unifilar completo do sistema sem a obrigatoriedade de dimensionamento dos equipamentos.

1.1.3.3.8.3 A contratada deverá verificar na ocasião da elaboração do projeto elétrico, a possibilidade da nova instalação elétrica (entrada de energia) permitir a migração para o mercado livre de energia e os impactos necessários, para serem avaliados para a tomada de decisão superior do TRF2 através da SIE/SMAP. Verificando custos e possibilidade por parte da concessionária de energia.

1.1.3.3.9 PROJETO CABEAMENTO ESTRUTURADO

1.1.3.3.9.1 A Contratada deverá elaborar anteprojeto de Cabeamento Estruturado para uso dos serviços de telefonia, lógica e CFTV.

1.1.3.3.9.2 O projeto de cabeamento estruturado deverá ser harmonizado com o projeto de instalações elétricas no sentido de prever no mínimo uma tomada de alimentação elétrica próxima a cada tomada de telecomunicações.



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.3.3.9.3 O projeto deverá definir o caminhamento principal dos cabos, prevenindo espaços e infraestruturas independentes, evitando os riscos de interferências eletromagnéticas, e a modulação das tomadas e/ou caixas de distribuição.

1.1.3.3.9.4 No projeto de cabeamento estruturado, deverá ser especificado o conjunto de procedimentos de testes a serem executados com equipamento analisador de redes, que classifique o sistema como categoria 6, com fornecimento do certificado correspondente pela empresa instaladora.

1.1.3.3.9.5 O projeto deverá prever a conexão dos microcomputadores aos "Switches", através de cabos com condutor interno de cobre, em pares traçados, sem blindagem e capa com classe de flamabilidade compatível com a Norma ABNT vigente, categoria 6, comprimento máximo de 100 m, adequados às redes de alta velocidade.

1.1.3.3.9.6 Para cada caixa de saída deverá ser previsto um mínimo de 2 (dois) conectores de saída para dados, tipo RJ 45, levando em consideração as plantas de "layout" de arquitetura.

1.1.3.3.9.7 Nas áreas de trabalho, deverá ser previsto um terceiro conector de saída para instalação de uma impressora sempre que houver a indicação da instalação do respectivo equipamento nas plantas de "layout" de arquitetura.

1.1.3.3.9.8 O projeto deverá prever alguns pontos de tomadas instalados sobre o forro, para possibilitar a conexão com os equipamentos do CFTV, e com equipamentos repetidores da rede de dados wi-fi.

1.1.3.3.9.9 A infraestrutura para instalação dos cabos deverá ser totalmente independente e, quando necessárias, as curvas deverão ser de, no mínimo, 90º e raio de curvatura compatível com o diâmetro dos cabos.

1.1.3.3.9.10 Na elaboração do projeto, é proibida a utilização plena da seção dos dutos ou eletrodutos, devendo ser estabelecida a taxa máxima de 40% na ocupação da seção, de forma a possibilitar futuras ampliações do Sistema de Cabeamento Estruturado.

1.1.3.3.9.11 Para os materiais de telecomunicações, deverá ser exigida a certificação homologada pela ANATEL impressa no corpo ou capa do material.

1.1.3.3.9.12 Em caso de interligação das novas instalações ao sistema já existente, o projeto de cabeamento estruturado deverá apresentar o detalhamento de todas as modificações e/ou ampliações necessárias.

1.1.3.3.9.13 Deverão ser apresentados os seguintes projetos:

- Plantas de todos os pavimentos com indicação da modulação das caixas de saídas, pontos de consolidação de cabos, espaços destinados a painéis de distribuição, localização das salas de telecomunicações onde estarão localizados os distribuidores de piso do cabeamento horizontal de cada pavimento;
- Planta mostrando a localização das salas de equipamentos dos servidores de telefonia, CFTV e da rede de dados;
- Planta de localização da tubulação e espaços de entrada das concessionárias de telecomunicações, e detalhamento dos caminhos internos utilizados atualmente pelas concessionárias de serviços de telefonia e de lógica;
- Desenho da configuração atual do distribuidor geral de telefonia que abriga o espelhamento dos ramais da central telefônica, e os blocos da rede primária de voz do edifício, indicando a posição dos blocos telefônicos com a respectiva identificação do nº do par e andar a qual o respectivo bloco atende;

1.1.3.3.10 PROJETO SDAI

1.1.3.3.10.1 A Contratada deverá considerar como premissa a adequação dos laços existentes para laços endereçáveis classe A, de forma a atender toda a legislação, regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

1.1.3.3.10.2 No projeto de SDAI deverão ser considerados dispositivos compatíveis com a central de incêndio existente no local.

1.1.3.3.10.3 A contratada deverá avaliar a melhor solução para cada tipo de caso,



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

considerando, por exemplo, o uso de detectores térmicos, fotoelétricos ou outros tipos, dependendo do ambiente.

1.1.3.3.10.4 Deverá ser considerada a interface com outros sistemas, apresentando no mínimo, os seguintes critérios:

- Integração com o sistema de elevadores para descida ao térreo e bloqueio em caso de sinistro;
- Integração com o sistema de ar-condicionado, para desligamento em caso de sinistro;
- Monitoramento por chaves de fluxo no sistema de sprinklers.

1.1.3.3.10.5 Deverão ser apresentados os seguintes projetos:

- Plantas de todos os pavimentos com o traçado dos eletrodutos, cabeamento e dispositivos com seu endereçamento;
- Diagrama do sistema sem a obrigatoriedade de dimensionamento dos equipamentos.

1.1.3.3.11 PROJETO ÁREA CIVIL

1.1.3.3.11.1 A contratada deverá apresentar projeto de arquitetura indicando todas as intervenções necessárias para a execução dos projetos de elétrica, cabeamento estruturado e de SDAI.

1.1.3.3.11.2 Deverá ser especificado o tipo de intervenção e seu modo de execução e posterior reparo e acabamento.

1.1.3.3.11.3 Deverão ser apresentados os seguintes projetos:

- Plantas de todos os pavimentos com a indicação das intervenções necessárias;
- Cortes e vistas indicando intervenções;

1.1.3.4 ETAPA 2: Elaboração do Projeto Executivo

1.1.3.4.1 Deverá ser elaborado projeto executivo das instalações elétricas, de cabeamento estruturado e SDAI considerando todas as exigências de concessionárias e normas vigentes, contemplando:

1.1.3.4.1.1 Plantas Baixas com todas as indicações de pontos, condutores, e demais elementos dos projetos, com a devida especificação, e os Cortes, as Vistas e Modelo em 3D;

1.1.3.4.1.2 Memórias de cálculo;

1.1.3.4.1.3 Memorial descritivo;

1.1.3.4.1.4 Especificações técnicas;

1.1.3.4.1.5 Cronograma Físico-Financeiro;

1.1.3.4.1.6 Orçamento Sintético e Analítico

1.1.3.4.1.7 Plantas contendo localização e identificação dos elementos na escala 1:50;

1.1.3.4.1.8 Cortes e vistas contendo localização e identificação dos elementos dos projetos em que seja necessário maior detalhamento;

1.1.3.4.1.9 Caderno de Especificação e Encargos;

1.1.3.4.2 A CONTRATADA deverá apresentar a ART/CREA-RJ devidamente paga, tendo como Responsável Técnico o Engenheiro Eletricista, registrado no CREA-RJ, respectivamente, referente ao Projeto Elétrico Executivo do CCJF, atendendo o escopo dos serviços deste Termo de Referência, conforme exigências normativas.

1.1.3.4.3 Todos os projetos deverão ser elaborados em plataforma BIM (Building Information Modeling), e entregues à Fiscalização nas extensões de arquivos .IFC e .DWG. A Contratada deverá realizar modelagem básica da construção, que torne suficiente a elaboração dos projetos elétricos em BIM.

1.1.3.4.4 A Contratada deverá elaborar o projeto de todos os quadros e circuitos elétricos do CCJF, e caso a Fiscalização entenda que algum quadro ou circuito atual será aproveitado, a Contratada deverá elaborar o projeto as built.

1.1.3.4.5 A Contratada deverá apresentar, no mínimo, os seguintes detalhes:



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.3.4.5.1 Projeto Elétrico:

- Quadros elétricos;
- Fixação de suporte para eletrodutos e/ou bandejas;
- Encaminhamentos em prumadas verticais.

1.1.3.4.5.2 Projeto de Cabeamento Estruturado:

- Detalhamento da instalação de painéis, plano de face dos racks dos distribuidores de piso, equipamentos e da infraestrutura

- Desenhos do Subsistema de “Backbone” de Dados, voz (telefonia) e CFTV

1.1.3.4.5.3 Projeto de SDAI

- Eletrodutos;
- Cabeamento, considerando descrição dos laços ou tensão;
- Dispositivos, considerando descrição, função e endereçamento.

1.1.3.4.6 Caderno de Especificações e encargos

1.1.3.4.6.1 O Caderno de Especificações e Encargos tem a finalidade de definir o objeto do projeto, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para sua execução.

1.1.3.4.6.2 Esta documentação deverá conter as informações referentes a todas as disciplinas de projeto, e deverá apresentar:

1.1.3.4.6.2.1 Nome da unidade contratante;

1.1.3.4.6.2.2 Título dos projetos;

1.1.3.4.6.2.3 Índice e numeração de projeto.

1.1.3.4.6.2.4 Informações técnicas necessárias à caracterização da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

1.1.3.4.6.2.5 Especificações detalhadas, definindo com clareza e precisão:

a) as características dos materiais a serem utilizados, sendo que marcas ou modelos serão meramente referenciais e poderão ser substituídos por outros equivalentes, ou seja, com mesma função e desempenho técnico;

b) procedimentos de execução;

c) aspecto e desempenho final desejados;

d) descrição pormenorizada das instalações prediais, detalhando suas características técnicas, seus princípios de funcionamento, bem como, todas as recomendações necessárias, quanto às técnicas ideais de execução e aos padrões exigidos pelas concessionárias locais;

1.1.3.4.7 Planilha Orçamentária

1.1.3.4.7.1 A planilha orçamentária deve ser dividida em Orçamento Analítico, contendo todas as composições de preços, e Orçamento Sintético, constando os preços unitários e totais.

1.1.3.4.7.2 O orçamento deve seguir todas as disposições impostas no Decreto 7.983 /2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia em serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

1.1.3.4.7.3 O custo global de referência de obras e serviços de engenharia será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI.

1.1.3.4.7.4 Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto no item anterior, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas (SINAPI, SCO, EMOP, PINI, outras), em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.3.4.7.5 Na falta de preços unitários, deverão ser apresentadas as composições empregadas bem como os preços dos insumos básicos pesquisados no mercado local para o mesmo período das demais referências empregadas. A pesquisa de mercado deve ser feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores conforme disposto no art. 23, § 1º, IV da Lei 14.133/2021, mediante solicitação formal de cotação.

1.1.3.4.7.6 A memória de cálculo e as pesquisas de preços deverão ser apresentada conjuntamente com a Planilha Orçamentária.

1.1.3.4.7.7 A contratada deverá considerar todos os encargos sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, incidentes sobre o custo da mão de obra.

1.1.3.4.7.8 É permitido mencionar marcas de referência, desde que acompanhadas da expressão "ou de qualidade equivalente ou superior".

1.1.3.4.7.9 O orçamento deve ser entregue em uma planilha Excel, contendo acesso a todas as fórmulas utilizadas para cálculo dos valores.

1.1.3.4.7.10 A elaboração das planilhas deve ser minuciosa e precisa, com bom uso da língua portuguesa, garantindo que a descrição dos itens e subitens esteja em total sintonia com o Projeto, permitindo sua fácil identificação.

1.1.3.4.7.11 A relação de itens e a numeração da planilha orçamentária deverão ser as mesmas utilizadas no Caderno de Especificações e Encargos.

1.1.3.4.7.12 Na planilha sintética deverão constar as seguintes colunas: Item, discriminação, unidade, quantidade, custo unitário (mão-de-obra e material) e custo total.

1.1.3.4.7.13 Na planilha analítica deverão constar as composições de todos os custos unitários.

1.1.3.4.8 Demonstrativo do BDI

1.1.3.4.8.1 A composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) aplicada deve ser elaborada em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 2622/2013 do TCU, empregando as taxas médias nele previstas.

1.1.3.4.8.2 Esta composição deve apresentar uma distinção clara entre materiais, equipamentos e serviços, de modo a fornecer uma descrição detalhada e transparente dos valores associados a cada um desses elementos.

1.1.3.4.9 Cronograma Físico-Financeiro

1.1.3.4.9.1 O Cronograma Físico-Financeiro é a representação gráfica do plano de execução da obra e dos desembolsos necessários. Deve contemplar todas as fases de execução desde a mobilização, passando pelas atividades previstas no projeto, até a desmobilização do canteiro.

1.1.3.4.9.2 As planilhas e gráficos devem englobar o desenvolvimento físico e financeiro da obra, tendo por objetivo o seguinte:

1.1.3.4.9.2.1 Fisicamente – demonstrar a previsão da evolução física dos serviços na unidade de tempo, permitindo avaliações periódicas de acerto;

1.1.3.4.9.2.2 Financeiramente – converter a demonstração física em termos monetários, através do somatório dos quantitativos dos preços unitários em cada etapa do cronograma físico, que representará o desembolso mensal do contratante.

1.1.3.4.10 Para conclusão desta etapa, a CONTRATADA deverá submeter todos os documentos do projeto executivo à aprovação da Fiscalização, incluindo caderno de especificações técnicas, caderno de encargos, orçamento detalhado e cronograma físico-financeiro.

1.1.3.5 ETAPA 3: Obtenção da aprovação junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH

1.1.3.5.1 Essa etapa abrange a entrada e emissão do Certificado de Aprovação junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH, certificando que o projeto cumpre todas as medidas de preservação do patrimônio histórico.



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

6



TRF2TER202400431A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>



TRF2EDT202400061A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 1.1.3.5.2 A CONTRATADA deverá executar os serviços a seguir:
- 1.1.3.5.2.1 Emitir a ART/RRT do Responsável Técnico para abertura do procedimento.
- 1.1.3.5.2.2 Efetuar o pagamento das taxas e emolumentos do IPHAN, INEPAC e IRPH caso necessário.
- 1.1.3.5.2.3 Plotar quantas vias dos projetos e documentos forem necessárias para entrada no processo.
- 1.1.3.5.2.4 Monitorar permanentemente o andamento do processo de maneira a efetuar de forma ágil eventuais correções necessárias no projeto para sua aprovação.
- 1.1.3.5.2.5 Fornecer todos os documentos e respectivas cópias necessários para abertura e conclusão do procedimento, incluindo Certificado de Responsabilidade e Garantia, Memorial Descritivo e Memoriais de Cálculo aprovados.
- 1.1.3.5.3 A etapa estará concluída após o a emissão do Certificado de Aprovação pelo IPHAN, INEPAC e IRPH.

1.1.4 – FORMA DE EXECUÇÃO:

- 1.1.4.1 Os serviços da Etapa 1 (levantamento de campo a ser realizado no prédio do CCJF) deverão ser realizados de modo a não prejudicar o desenvolvimento das atividades cotidianas do CCJF. Para tanto a contratada deverá prever, quando necessário, a execução dos levantamentos fora do horário de expediente normal do CCJF.
- 1.1.4.2 Deverá ser definido junto a Subsecretaria de Manutenção predial (SMAP), local para guarda de equipamentos e ferramentas necessárias para o levantamento das instalações. A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no CCJF, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos do CCJF, salvo quando houver autorização do Diretor competente.
- 1.1.4.3 A contratada só deverá proceder a qualquer alteração na execução ou objeto do serviço com a autorização de um dos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, mediante aditamento.
- 1.1.4.4 A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada, na execução dos serviços, será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado. Também será responsável por todo o material, ferramentas e equipamentos necessários para a elaboração dos Projetos objeto desta contratação.

1.1.4.5 Reunião de Início dos Serviços

- 1.1.4.5.1 Será realizada a reunião de início dos serviços entre a contratada e a fiscalização, no local dos serviços, para esclarecimento dos critérios, condicionantes, conteúdo dos documentos e etc., que deverão ser observados na produção dos serviços e dos demais procedimentos da fiscalização. Nesta reunião, deverão estar presentes o preposto e os membros da equipe técnica da CONTRATADA a critério da administração.
- 1.1.4.5.2 Condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:
- 1.1.4.5.2.1 Apresentação da designação formal do Preposto;
- 1.1.4.5.2.2 Apresentação de ART/RRT junto ao CREA-RJ /CAU-RJ, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado.

1.1.4.6 Forma de comunicação formal entre a fiscalização e a contratada

A comunicação e/ou registro de ocorrências entre a Contratada e a Fiscalização poderá ser formalizada em reuniões previamente agendadas ou por meio de mensagens eletrônicas (e-mail) entre endereços eletrônicos do preposto da Contratada e do Contratante (SMAP).

1.1.4.7 Normas e práticas complementares

Os documentos técnicos constituintes dos serviços deverão obedecer às



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

recomendações das normas e leis abaixo relacionadas para a especificação, métodos, procedimentos, padronização, simbologia e terminologia de todos os elementos.

1.1.4.7.1 Normas Técnicas da ABNT pertinentes às instalações

1.1.4.7.2 Normas das Concessionárias de Serviços Públicos;

1.1.4.7.3 Legislação referente à Preservação de Patrimônio Histórico no âmbito federal, Estadual e Municipal;

1.1.4.7.4 Especificações dos fabricantes de materiais, quanto ao seu modo de aplicação e utilização;

1.1.4.7.5 NBR 5410 - Execução de Instalações Elétricas de Baixa Tensão - Procedimento

1.1.4.7.6 NBR 14565 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers

1.1.4.7.7 NBR 16415 - Caminhos e espaços para cabeamento estruturado

1.1.4.7.8 NBR 14705 - Cabos internos para telecomunicações - Classificação quanto ao comportamento frente à chama

1.1.4.7.9 NBR 14772 - Cabo óptico de terminação - Especificação

1.1.4.7.10 Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

1.1.4.7.11 Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA CONFEA.

1.1.4.7.12 Legislação vigente aplicável Municipal, Estadual e Federal.

1.1.4.8 Forma de Apresentação dos projetos

1.1.4.8.1 Todos os projetos e documentos descritos no item 1.3.2 deste Termo deverão ser entregues ao TRF2 em 4 (quatro) vias impressas em papel sulfite, dobradas no formato A4, com assinaturas dos Responsáveis Técnicos, acompanhadas de cópia digitalizada e armazenada em mídia digital (pen-drive), com os respectivos arquivos em formato editável (DOCX, XLSX, DWG ou semelhantes) e formato PDF com assinaturas dos Responsáveis Técnicos.

1.1.4.8.2 Todas as pranchas de desenho deverão ter Carimbo no canto inferior direito que conterá, no mínimo, as seguintes informações:

1.1.4.8.2.1 Nome e assinatura do Responsável Técnico do projeto e número do CREA;

1.1.4.8.2.2 Nome do Contratante, neste caso o TRF2;

1.1.4.8.2.3 Nome da obra a ser executada;

1.1.4.8.2.4 Título do projeto;

1.1.4.8.2.5 Escalas utilizadas;

1.1.4.8.2.6 Referência do projeto, quando houver necessidade;

1.1.4.8.2.7 Número da prancha (N/T – sendo N o nº da prancha e T o total de pranchas do projeto);

1.1.4.8.2.8 Data de elaboração do Projeto;

1.1.4.8.2.9 Número, data e visto da Revisão, quando houver;

1.1.4.8.2.10 Logomarca da Contratada.

1.1.4.8.3 Todas as pranchas do desenho deverão apresentar quadro da simbologia utilizada no projeto, e devem ser convenientemente orientadas, com indicação do Norte verdadeiro e a declinação magnética.

1.1.4.8.4 A apresentação gráfica dos projetos deverá ser desenvolvida em software AUTOCAD ou similar que possibilite a perfeita importação do conteúdo.

1.1.4.8.5 O tamanho das folhas deve seguir as normas NBR 10068, NBR 10582, NBR 13142 e convenções usuais referentes às folhas para representação de desenhos técnicos.

1.1.4.8.6 Os documentos entregues em formato ".dwg", deverão ser entregues os arquivos ".ctb" (de configuração de cores e penas) correspondentes de forma a facilitar futuras plotagens.

1.1.4.8.7 A Contratada se responsabiliza pela obtenção de cópias de plantas, projetos e documentos que forem necessários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.1.4.8.8 Os Memoriais Descritivos, o Caderno de Especificações e Encargos, as Planilhas de Quantitativos e Preços, as Planilhas Orçamentárias e o Cronograma Físico-Financeiro deverão ser submetidos à Fiscalização em formato digital editável, compatível com os softwares de processamento de texto e planilha da Microsoft Office. Esses documentos devem estar assinados eletronicamente pelo profissional responsável e podem ser entregues por meio de pen drive ou compartilhamento de arquivos online.

1.2 PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA:

1.2.1 O prazo total estimado de execução será de 120 (cento e vinte) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.

1.2.2 O prazo de execução de cada etapa será:

1.2.2.1 Anteprojeto: 30 (trinta) dias a contar do 1º dia subsequente à data do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do contrato.

1.2.2.2 Projeto Executivo (incluindo Caderno de Encargos, Planilhas Orçamentárias e Cronograma): 60 (sessenta) dias a contar da aprovação do anteprojeto pela Fiscalização;

1.2.2.3 Aprovação junto ao IPHAN: 30 (trinta) dias corridos a contar da data da entrega do projeto executivo.

1.2.3 Os prazos de execução de cada Etapa foram determinados em função de sua complexidade e do respectivo projeto que será resultado.

1.3 PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE:

O prazo de garantia será de 1 (um) ano, a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo.

1.4 CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA:

Não se aplica.

1.5 APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - REGRAS:

Não se aplica.

1.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, que culminará com a seleção da proposta de menor preço. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.6.1 Registro ou inscrição da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU em plena validade.

1.6.2 - Comprovação de capacitação técnico-operacional mediante a apresentação de um único atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, que comprove elaboração de projeto de instalações prediais em prédio com área mínima de 1.380m² (30% da área total construída).

1.6.3 - Comprovação da capacitação técnico-profissional de engenheiro eletricista, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA, que comprove elaboração de Projeto executivo elétrico de edificação com demanda de



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

energia mínima de 255 kVA (30% da demanda do prédio do CCJF);

1.6.4.1 O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

1.6.4.2 No decorrer da execução dos serviços, o (s) profissional (ais) de que trata este subitem poderá (ão) ser substituído (s), por profissional (ais) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

1.6.4.3 Para fins da comprovação de que trata o subitem anterior não será admitido o somatório de atestados.

1.7 VISTORIA:

1.7.1 A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura do Edital, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, sanar todas as dúvidas técnicas e tomar conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação. Esta vistoria é considerada suficiente para que o licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

1.7.2 As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a Subsecretaria de Manutenção Predial, pelo telefone 2282-8233 ou pelo e-mail smap@trf2.jus.br.

1.8 METAS FÍSICAS:

1.8.1. Benefícios Diretos:

1.8.1.1. Melhoria das condições de funcionamento da rede elétrica, estabilizada, de cabeamento estruturado do prédio do CCJF de acordo com as normas de preservação histórica.

1.8.1.2. Estruturar a unidade demandante disponibilizando projeto elétrico mais seguro, eficiente e adequado às normas vigentes para possibilitar a realização de suas atividades.

1.8.2. Benefícios Indiretos:

1.8.2.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo CCJF, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;

1.8.2.2. Melhor desempenho dos recursos humanos por proporcionar instalações mais seguras e eficientes para o desenvolvimento das atividades culturais, educativas e administrativas do Órgão.

1.9 LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO:

O projeto será elaborado para o prédio do Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro-RJ.

1.10 CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO:

Não se aplica.

1.11 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

10

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.1 Providenciar junto ao CREA-RJ a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), recolhendo a respectiva taxa, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual;

1.11.1.1 Caso seja necessária a substituição do responsável técnico durante a vigência do contrato, a contratada comunicará, imediatamente e por escrito, ao gestor do contrato, bem como providenciará a apresentação de nova ART.

1.11.2 Após a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar ainda as Certidões de Acervo Técnico dos demais profissionais de projeto, para fins de comprovação de sua habilitação técnica, substituindo prontamente aqueles profissionais não considerados aptos pela fiscalização.

1.11.3 Designar, no ato da assinatura do contrato, um preposto para supervisão dos serviços contratados, sendo este o elo entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, devendo possuir poderes para solucionar problemas e obrigações oriundos da relação contratual;

1.11.4 Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos e concessionárias, como aprovações, licenças, aceitações e franquias necessárias ao serviço, deverão ser providenciados e de responsabilidade da contratada.

1.11.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, taxas, impostos, emolumentos e multas decorrentes dos serviços contratados, referentes ao período de sua execução;

1.11.6 Arcar com todos os eventuais custos com deslocamentos, plotagens, impressões, revisões de projetos, aprovações, anotações de responsabilidade técnica, licenças junto a órgãos públicos e concessionárias, sendo de responsabilidade da Contratada fornecer os documentos técnicos exigidos pelos mesmos.

1.11.7 - Elaborar quantas alterações/revisões/complementações forem necessárias de cada documento, a partir de solicitações circunstanciadas da fiscalização, sem quaisquer ônus ao Contratante.

1.11.8 Utilizar mão-de-obra com experiência comprovada e devidamente capacitada em quantidade suficiente para execução do objeto dentro dos prazos estabelecidos.

1.11.9 - Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

1.11.10 - O descumprimento pela Contratada dos prazos para início e término da execução dos serviços irá sujeitá-la à aplicação das sanções previstas no contrato.

1.11.11 - Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo da Contratante ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.12 - Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido;

1.11.13 - A Contratada obriga-se a prestar quaisquer esclarecimentos acerca dos projetos/documentos por ela desenvolvidos, especialmente se for o caso de uma futura execução da obra de adequação/implantação das instalações elétricas na edificação.

1.11.14 - A Contratada e os Responsáveis Técnicos por ela designados têm total e exclusiva responsabilidade técnica sobre os Projetos contratados com as respectivas adequações e complementações, independentemente da aprovação dos mesmos pela Fiscalização.



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.11.15 Assegurar o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos, sem limitações;

1.11.15.1 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, serão assegurados ao Contratante, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do Tribunal, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

1.11.16 Manter o contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência da execução dos serviços;

1.11.17 Afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente e por recomendação do contratante, cause embaraço à boa execução dos serviços;

1.11.18 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações técnicas, sob pena de rescisão contratual.

1.12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

1.12.1 – Fornecer todos os projetos existentes e as informações necessárias para a execução do serviço.

1.12.2 – Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da contratada, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do contratante.

1.12.3 – Efetuar os pagamentos à contratada com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo.

1.13 CÓDIGO SIASG: 20060

1.14 ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

A fundamentação da contratação está descrita no campo 01. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO do Estudo Técnico Preliminar nº TRF2-ETP-2024/00023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 Solução Escolhida

Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos executivos para revisão de toda a rede elétrica do Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco nº 241, Centro-RJ.

3.2 O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos no item 1.1 deste Termo de Referência.

3.3 DO CICLO DE VIDA

3.3.1 A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

12

SIGA



TRF2ETP202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

3.3.2 Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço

3.3.2.1 Contratação:

Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

3.3.2.2 Preparação:

3.3.2.2.1 A empresa deverá designar formalmente o preposto, informando o nome e telefone de contato no primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato.

3.3.2.2.2 A empresa apresentar a relação dos funcionários que irão executar os levantamentos e análises no prédio, indicando nome e nº de carteira de identidade, para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao Setor de segurança.

3.3.2.2.3 Não há necessidade de instalações e montagens especiais para a execução do serviço visto se tratar de elaboração de projeto.

3.3.2.3 Execução do Serviço:

3.3.2.3.1 A contratada deverá elaborar os projetos de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

3.3.2.3.2 A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.3.2.4 Fiscalização

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo.

3.3.2.5 Conclusão e Aceitação do Serviço:

3.3.2.5.1 A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

3.4 O objeto deste Termo não contempla a assunção de obrigações futuras, tais como assistência técnica e/ou manutenção.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1 O serviço deverá ser executado de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos "Habilitação Técnica" e "Obrigações da Contratada".

4.1.2 - Qualificação mínima exigida para a equipe técnica

Considerando se tratar de projeto de instalações elétricas, de cabeamento estruturado e SDAI para um prédio tombado pelo patrimônio histórico, que exige mais precisão, rigor e conhecimentos técnicos específicos por conta dos riscos de danos ao patrimônio, foi



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

considerado no custo estimado do projeto os profissionais abaixo descritos, que serão os responsáveis técnicos pelos projetos e aprovação dos mesmos em suas respectivas áreas.

4.1.2.1 - Engenheiro eletricista – Registro do profissional no CREA

- Apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA, que comprove elaboração de Projeto de elétrico de Projeto Executivo elétrico de edificação com demanda de energia mínima de 425kVA;

4.1.2.2 - Engenheiro civil pleno - Registro do profissional no CREA

- Comprovação de mais de 5 (cinco) anos de atividade profissional;

4.1.3 O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.

4.1.4 A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente Termo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.5 A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços elencados neste Termo de Referência.

4.1.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, pois o serviço de elaboração dos projetos trata-se do objeto principal desta contratação, o que torna inviável a execução do mesmo por terceiros.

4.2 REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

Buscando atender aos requisitos de sustentabilidade estabelecidos para as compras públicas sustentáveis a Contratada deverá:

4.2.1 Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à execução e instalação devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2 Na elaboração dos projetos a contratada deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.3 Também deverá prever na elaboração dos projetos práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):

5.1 A proposta está em consonância com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026, objetivos estratégicos: Aprimorar a estrutura organizacional da área administrativa e da área judicial, Elevar a qualidade dos serviços prestados, Fortalecer o clima organizacional e promover o bem-estar de todos.

5.2 Alinha-se, ainda, com a ODS 16 da Agenda 2030/ONU, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

5.3. Benefícios Diretos:

5.3.1. Melhoria das condições de funcionamento da rede elétrica, de cabeamento



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>



TRF2TER202400431A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>



TRF2EDT202400061A

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

estruturado e SDAI do prédio do CCJF de acordo com as normas de preservação histórica

5.3.2. Estruturar a unidade demandante disponibilizando projeto elétrico, de rede e SDAI mais seguro, eficiente e adequado às normas vigentes para possibilitar a sua execução, sem riscos de danos ao patrimônio histórico.

5.4. Benefícios Indiretos:

5.4.1. Assegurar a continuidade dos serviços prestados pelo CCJF, em consonância com seus objetivos e metas estratégicas;

5.4.2. Melhor desempenho dos recursos humanos por proporcionar instalações mais seguras e eficientes para o desenvolvimento das atividades culturais, educativas e administrativas do Órgão.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.

6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a CONTRATADA deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

7.1 - O pagamento será efetuado da seguinte forma:

- 30% do valor total - na entrega da Etapa1 – Anteprojeto das Instalações elétricas, de cabeamento estruturado e SDAI.

- 60% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Projeto Executivo de Instalações elétricas (incluindo Padrão de entrada), de cabeamento estruturado e SDAI.

- 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Aprovação junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH.

7.1.1 O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 7.1.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.
- 7.1.2 - Para fins do disposto no item 7.1.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.
- 7.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 7.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 7.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.
- 7.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 7.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 7.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 7.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

- 8.1 Trata-se de serviço comum de engenharia a ser contratado por meio de Pregão eletrônico, pelo critério de menor preço.
- 8.2 A elaboração de Projeto Elétrico, Cabeamento estruturado e SDAI é um serviço que apresenta características padronizadas de desempenho e qualidade, sendo também disponível a qualquer tempo no mercado.
- 8.3 Nesse caso, por se tratar de projeto baseado nas normas técnicas e legislação de preservação histórica, o projeto elaborado por uma empresa será necessariamente similar ao que seria elaborado por outra empresa, o que caracteriza que o serviço não tem natureza predominantemente intelectual.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado será o indicado em planilha anexa ao Edital ou ao Aviso de Dispensa.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 287 da PO 2024.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

11.1 A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2 O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3 Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1 e 2, abaixo.

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor prestado na medição
2	1,0% sobre o valor prestado na medição
3	1,5% sobre o valor prestado na medição
4	2,0% sobre o valor prestado na medição
5	3,0% sobre o valor prestado na medição

Tabela 02		
Item	Descrição	Grau



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento N°: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>



TRF2TER202400431A

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento N°: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço;	4
2	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços;	3
3	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma;	4
4	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização;	2
5	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços;	3
6	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
7	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia	5

12. ANÁLISE DE RISCOS:

12.1 Vislumbra-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não incluem-se, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco: Atraso ou fracasso no processo licitatório

Probabilidade: Alto

Impacto: Alto

Dano 1: Impossibilidade de adequação das instalações elétricas e de rede do prédio do CCJF às normas vigentes.

Id Ação Preventiva

Responsável



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- Risco 01**
- 1 Elaboração do planejamento da contratação consultando Setor responsável por soluções similares em outros órgãos. pelo serviço
 - 2 Definição dos critérios de seleção de fornecedores com Setor responsável respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle. pelo serviço
 - 3 Estrita observância às recomendações da área jurídica Setor responsável do órgão/entidade. pelo serviço

Id	Ação de Contingência	Responsável
1	Alocação integral do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Direção Secretaria
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF

Risco: Especificação Insuficiente para os serviços

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Dano 1: Serviços sendo prestados de forma que não abrange todas as necessidades institucionais.

Risco 02

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Revisão de cada cláusula de obrigações da contratada e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.	Setor responsável pelo serviço

Id	Ação de Contingência	Responsável
----	----------------------	-------------



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 1 Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a Fiscalização de
vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo
processo licitatório.

ALTA	Risco 1
MÉDIA	
BAIXA	Risco 2
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	
BAIXA MÉDIA ALTA	

GRAVIDADE /IMPACTO

13. ANEXOS: Os anexos ao presente termo constarão no Edital.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2024.

- assinado eletronicamente -

RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES
Supervisor(a)
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - 03/12/2024 às 17:27:50.
Documento Nº: 4273631-7083 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273631-7083>

SIGA



TRF2TER202400431A

20



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:57.
Documento Nº: 4106608.37309414-4929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309414-4929>

SIGA

PLANILHA DE PREÇOS										
CONTRATAÇÃO DE PROJETO DE RETROFIT DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, SDAI E REDE DE DADOS/TELEFONIA DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL - TRF2										
Referência: SINAPI - Outubro/2024										
Item 1 Mão de Obra										
	Código SINAPI	Cargo	Unid.	Quant.	Custo/mês	Custo Total (R\$)	Fator K	Preço (R\$)		
1.1	40813	Engenheiro Eletricista Pleno (44 horas)	Mês	4,50	14.890,61	67.007,73	2,3366	156.570,26		
1.2	40813	Engenheiro Civil Pleno (44 horas)	Mês	1,50	14.890,61	22.335,91	2,3366	52.190,09		
1.2	40807	Desenhista projetista (44 horas)	Mês	3,50	2.513,26	8.796,42	2,3366	20.553,71		
Total do Item 1:								229.314,06		
Item 2 Custos Operacionais e Administrativos Locais (Despesas Diretas)										
	Código SINAPI	Cargo	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total (R\$)	TRDE	Preço (R\$)		
2.1	CREA - RJ	Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	unid.	2,00	262,55	525,10	1,2276	644,61		
Total do Item 2:								644,61		
Item 3 Serviços de Apoio Técnico										
Item	Fonte	Descrição	Unid.	Quant.	Custo Unit.	Custo Total (R\$)	TRDE	Preço (R\$)		
3.1	Mercado	Plotagem Prancha A0	unid.	70,00	18,00	1.260,00	1,2276	1.546,78		
Total do Item 3:								1.546,78		
TOTAL DO ORÇAMENTO (R\$):								231.505,45		
CÁLCULO DO CUSTO COM SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS MENSALISTAS - INSUMOS SINAPI: Outubro/2024										
Item	Código SINAPI	Insumos	Categoria	unid.	Custo/mês com Leis Sociais (R\$)	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$)	Horas/mês	Custo horário (R\$)	Horas de Trabalho Semanais	Custo/mês sem Leis Sociais (R\$). Conforme horas semanais de trabalho
A	40813	Engenheiro Eletricista Pleno (44 horas)	Mês	25.363,17	14.890,61	220,00	67,68	44	14.890,61	
B	40813	Engenheiro Civil Pleno (44 horas)	Mês	25.363,17	14.890,61	220,00	67,68	44	14.890,61	
C	40807	Desenhista projetista (44 horas)	Mês	4.280,84	2.513,26	220,00	11,42	44	2.513,26	
							Encargos Sociais para mensalistas em RJ: 70,33%			
Observações:										
1 - O custo do salário mensal das diversas categorias profissionais é informado no SINAPI com a inclusão dos Encargos Sociais. No caso específico, estão inclusos Encargos Sociais para Rio de Janeiro de profissionais mensalistas, com folha de pagamento não desonerada.										
2 - De acordo com a metodologia do TCU, para o Fator K já é considerado em sua composição os Encargos e Benefícios Sociais (ES) de profissionais mensalistas (70,33%). Logo, para que os Encargos Sociais não sejam cobrados em duplicidade, deverão ser eliminados dos insumos de mão de obra mensalista do SINAPI, onde estão inclusos também no percentual de 70,33%.										
3 - O Custo/Hora (R\$) do profissional é o mesmo para mensalistas e horistas. A diferenciação do custo de contratação se dá mediante a aplicação dos Encargos Sociais correspondentes a modalidade adotada, ou seja, mensalista ou horista.										
4 - Base SINAPI-RJ referência Outubro/2024										
Rodrigo Gualberto Supervisor da SEMAUT										

Rodrigo Gualberto
Supervisor da SEMAUT



Assinado com senha por RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES - Supervisor(a) / SEMAUT - 03/12/2024 às 16:37:38.
Documento N°: 4273740-1480 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4273740-1480>

SIGA



TRF2INC202403735



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:59.
Documento N°: 4106608.37309416-4927 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309416-4927>

SIGA



ESTIMATIVA DE MESES DE TRABALHO				
ITEM	PROJETO DE RETROFIT DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, SDAI E REDE DE DADOS/TELEFONIA DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL - TRF2	ENGENHEIRO CIVIL (MÊS)	ENGENHEIRO ELETRICISTA (MÊS)	DESENHISTA PROJETISTA (MÊS)
1.1	Levantamento e conferência das instalações existentes no prédio e elaboração de anteprojetos de elétrica, de cabeamento estruturado e de SDAI, considerando as necessárias interferências na arquitetura do prédio que é tombado pelo IPHAN, INEPAC e IRPH	1,00	1,00	0,00
1.2	Elaboração do Projeto Elétrico Executivo - Instalações e Padrão de Entrada	0,00	2,00	2,00
1.3	Elaboração do Projeto SDAI Executivo - Instalações	0,00	0,50	0,50
1.4	Elaboração do Projeto Rede de Dados/Telefonia Executivo - Instalações	0,00	1,00	1,00
1.5	Aprovação de Projeto junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH	0,50	0,00	0,00
TOTAL DE MESES		1,50	4,50	3,50

Engenheiro Eletricista Leonardo Almeida de Oliveira- CREA /RJ N° 2003103962



Autenticado com senha por LEONARDO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Diretor(a) de Subsecretaria / SMAP - 05/01/2024 às 17:53:06.
Documento Nº: 3982242-9172 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3982242-9172>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 16/05/2024 às 14:59:24.
Documento Nº: 4094694.35953302-3899 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4094694.35953302-3899>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:59.
Documento Nº: 4106608.37309416-4927 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309416-4927>



TRF2CAP202400418A

SIGA



TRF2EOF-202400156V01

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA

CÁLCULO DO FATOR "k" - Metodologia do Tribunal de Contas da União - TCU																												
<table><thead><tr><th colspan="2">Despesas Fiscais (DF)</th></tr><tr><th>Itens que compõem as Despesas Fiscais (DF)</th><th>%</th></tr></thead><tbody><tr><td>I</td><td></td></tr><tr><td>ISSQN (Rio de Janeiro/RJ)</td><td>3,00%</td></tr><tr><td>PIS</td><td>1,32%</td></tr><tr><td>COFINS</td><td>6,08%</td></tr><tr><td>TOTAL (I)</td><td>10,40%</td></tr><tr><td>DF = (1/(1-I))-1*100</td><td>11,61%</td></tr></tbody></table>					Despesas Fiscais (DF)		Itens que compõem as Despesas Fiscais (DF)	%	I		ISSQN (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%	PIS	1,32%	COFINS	6,08%	TOTAL (I)	10,40%	DF = (1/(1-I))-1*100	11,61%	<table><thead><tr><th colspan="2">Recomendação TCU: Redução de 20% da alíquota do PIS e COFINS</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td>(80% de 1,65%)</td></tr><tr><td></td><td>(80% de 7,60%)</td></tr></tbody></table>		Recomendação TCU: Redução de 20% da alíquota do PIS e COFINS			(80% de 1,65%)		(80% de 7,60%)
Despesas Fiscais (DF)																												
Itens que compõem as Despesas Fiscais (DF)	%																											
I																												
ISSQN (Rio de Janeiro/RJ)	3,00%																											
PIS	1,32%																											
COFINS	6,08%																											
TOTAL (I)	10,40%																											
DF = (1/(1-I))-1*100	11,61%																											
Recomendação TCU: Redução de 20% da alíquota do PIS e COFINS																												
	(80% de 1,65%)																											
	(80% de 7,60%)																											
RESUMO DO CÁLCULO DO FATOR "K"																												
Item	Fórmulas	K1 - Encargos Sociais (ES)	K2 - Administração Central (Overhead)	K3 - Remuneração Bruta da Empresa	K4 - Tributos	Resultados																						
Fator K	$K = (1+K1+K2)(1+K3)(1+K4)$	70,33%	20,00%	10,00%	11,61%	2,3366																						
TRDE	$TRDE = (1+K3)(1+K4)$	N/A	N/A	10,00%	11,61%	1,2276																						
Observações: 1 - Preço de Venda (PV) = (CD salários x K) + (CD outros x TRDE), sendo TRDE a Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos. 2 - Administração Central: O percentual aceito pelo Tribunal de Contas da União - TCU para as Despesas relativas à Administração Central, também denominadas Overhead, deve estar situado na faixa de 17% a 20% (Acórdão Nº 508/2018 - TCU). 3 - Remuneração bruta da Empresa: Estimado em 10% pelo Tribunal de Contas da União - TCU (fl. 99 da publicação Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - Edição 2014). 4 - Despesas Fiscais (RJ): 3,0% de ISSQN em Rio de Janeiro/RJ. PIS e COFINS considerando 20% de compensação nas tarifas cheias (7,6% e 1,65%) no regime de incidência não-cumulativa. A redução do PIS e do CONFINS é recomendada pelo Tribunal de Contas da União - TCU (fls. 104 e 105 da publicação Orientações Para a Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - Edição de 2014). As empresas proponentes deverão ajustar os percentuais de PIS e de COFINS a suas reais situações tributárias. 5 - Encargos sociais: SINAPI/RJ - sem desoneração, mão de obra mensalista - percentual de 70,33% incidentes sobre a mão de obra. 6 - Modelagem baseada na publicação do TCU Orientações Para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas - Edição 2014 (fls. 97/101).																												

Engenheiro Eletricista Leonardo Almeida de Oliveira- CREA /RJ Nº 2003103962



Autenticado com senha por LEONARDO ALMEIDA DE OLIVEIRA - Diretor(a) de Subsecretaria / SMAP - 05/01/2024 às 17:51:45.
Documento Nº: 3982241-9858 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3982241-9858>



Autenticado digitalmente por ROSANA VILLELA DE SOUZA - 16/05/2024 às 14:59:25.
Documento Nº: 4094694.35953304-3901 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4094694.35953304-3901>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:57:59.
Documento Nº: 4106608.37309416-4927 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309416-4927>



TRF2CAP202400417A

SIGA



TRF2EOF-202400156V01

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:36:54.
Documento Nº: 3814886-1177 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814886-1177>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 12/09/2024 às 12:11:05.
Documento Nº: 4191135.36888736-9869 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4191135.36888736-9869>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 04/12/2024 às 14:15:37.
Documento Nº: 4266423.37302793-336 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4266423.37302793-336>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:58:00.
Documento Nº: 4106608.37309417-4926 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309417-4926>



TRF2CAP202316483

SIGA



TRF2EDT202400151A

SIGA



TRF2EDT202400211A

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: _____ Parentesco: _____ Órgão: CC* _____ MPJ* _____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:40:23.
Documento Nº: 3814898-300 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814898-300>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 12/09/2024 às 12:11:06.
Documento Nº: 4191135.36888738-9867 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4191135.36888738-9867>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 04/12/2024 às 14:15:38.
Documento Nº: 4266423.37302794-337 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4266423.37302794-337>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:58:01.
Documento Nº: 4106608.37309418-4925 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309418-4925>



SIGA



SIGA



SIGA



SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/000____

CONTRATO DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS PARA ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, DE CABEAMENTO ESTRUTURADO E DE DETECÇÃO E ALARME DE INCÊNDIO DO PRÉDIO DO CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL - CCJF, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00156

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: () _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu (sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2024/00092, em consequência do Pregão Eletrônico nº ____/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em ____/____/2024, conforme despacho nº TRF2-DES-2024/____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *elaboração de projetos executivos para adequação das instalações elétricas, de cabeamento estruturado e de detecção e alarme de incêndio do prédio do Centro Cultural Justiça Federal-CCJF*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/000____ – Empresa contratada (sfm)

MINUTA

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 04/12/2024 às 19:10:02.
Documento Nº: 4274483-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4274483-7760>

SIGA



TRF2CAP202434035



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:58:02.
Documento Nº: 4106608.37309419-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309419-4924>

SIGA

1 – CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a elaboração de projetos executivos para adequação das instalações elétricas, de cabeamento estruturado e de detecção e alarme de incêndio do prédio do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, situado na Av. Rio Branco, nº 241 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024 e seus Anexos I, II, III e IV, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

2.1.1 – Descritas detalhadamente no item 1.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.2 – DA FORMA DE EXECUÇÃO:

2.2.1 – Descrita detalhadamente no subitem 1.1.4 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.3.1 – O prazo de execução dos serviços é de ____ (____) dias, *[no máximo 120 (cento e vinte) dias corridos, conforme Proposta]*, contado a partir da data constante da Ordem de Início dos Serviços.

2.3.2 – O prazo de execução de cada etapa será:

2.3.2.1 – Anteprojeto: 30 (*trinta*) dias a contar do 1º dia subsequente à data da assinatura do Contrato pelo contratante;

2.3.2.2 – Projeto Executivo (incluindo Caderno de Encargos, Planilhas Orçamentárias e Cronograma): 60 (*sessenta*) dias a contar da aprovação do anteprojeto pela fiscalização da Cláusula Décima Primeira deste Contrato;

2.3.2.3 – Aprovação junto ao IPHAN: 30 (*trinta*) dias corridos a contar da data da entrega do projeto executivo;

2.3.3 – Os prazos de execução de cada etapa foram determinados em função de sua complexidade e do respectivo projeto que será resultado.

2.4 – DO LOCAL DE EXECUÇÃO:

2.4.1 – Os serviços serão executados no prédio do Centro Cultural Justiça Federal – CCJF, localizado na Avenida Rio Branco, nº 241 – Centro, Rio de Janeiro/RJ.

3 – CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no item 1.11 do Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 – A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. TRF2-EOF-2024/00156

3.1.2 – Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos, como aprovações, licenças, aceitações e franquias necessárias aos serviços que contratar serão providenciados e de responsabilidade da Contratada, pagando os emolumentos previstos e observando todos os regulamentos e posturas referentes às obras e segurança pública, bem como atender ao pagamento de seguros de pessoal e de riscos de engenharia, despesas decorrentes de leis trabalhistas e impostos que digam respeito diretamente aos serviços contratados.

3.1.3 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.3.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.1.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

3.1.5 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.6 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.6.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4 – CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 - São obrigações do Contratante as discriminadas no ITEM 1.12 do Anexo I - Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, parte integrante deste Contrato.

Contrato nº TRF2-CON-2024/000 ____ – Empresa contratada (snj)

MINUTA

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 04/12/2024 às 19:10:02.
Documento N°: 4274483-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4274483-7760>



TRF2CAP202434035

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:58:02.
Documento N°: 4106608.37309419-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309419-4924>

5 – CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – O recebimento do objeto deste Contrato está detalhadamente descrito no Item 15 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6 – CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DO PAGAMENTO:

6.1 – DO PREÇO:

6.1.1 – O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____ (_____), conforme Planilha de Formação de Preços prevista no Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e de acordo com a proposta da Contratada (TRF2-CAP-2024/_____);

6.1.2 – Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à perfeita execução do objeto contratado;

6.1.3 – Os preços são fixos e irredutíveis.

6.2 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1 – O pagamento será efetuado à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), da seguinte forma:

- 30% do valor total - na entrega da Etapa 1 – Anteprojeto das Instalações elétricas, de cabeamento estruturado e SDAI.
- 60% do valor total – na entrega da Etapa 2 - Projeto Executivo de Instalações elétricas (incluindo Padrão de entrada), de cabeamento estruturado e SDAI.
- 10% do valor total – na entrega da Etapa 3 – Aprovação junto ao IPHAN, INEPAC e IRPH.

6.2.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

6.2.1.2 – No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.1.4 – Para fins do disposto no item 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2 – O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos - SCON, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, devendo também ser enviado eletronicamente para o e-mail notafiscal@trf2.jus.br.



6.2.3 – Caso a Contratada se enquadre nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do documento fiscal.

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552 /2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme Item 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
4.4.90.51.80	214.346	

8 – CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:

8.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no **Item 17** do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 – CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto,



mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 – Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de ____/____/2024 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2024/____).
- c) CERTIFICADO DE VISTORIA, se houver, emitido Setor de Engenharia, Arquitetura e Infraestrutura Predial – SENAIP/CCJF, localizado na Av. Rio Branco, nº 241, comprovando que a Contratada tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, conforme documento nº TRF2-CAP-2024/_____.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão as condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 – O Contratante designará servidor, ou comissão de servidores, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

11.2 - Competem à Fiscalização as atribuições elencadas a seguir:

11.2.1 – Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas ;

11.2.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;



11.2.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.4 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

11.2.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento;

11.2.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a Contratada deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

12.1 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1.1 - O prazo de vigência do presente será de 180 (*cento e oitenta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante.

12.1.2 - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período estabelecido no Contrato.

12.1.2.1 – Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

a) A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades estabelecidas no ITEM 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

b) O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

12.2 – O prazo de garantia dos serviços é de ____ (_____) ano [*no mínimo 01 (um) ano conforme Proposta*], a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço.

12.2.1 - A Contratada é responsável pelo projeto realizado e dará garantia desse projeto, no sentido de que este atenda a todos os requisitos estabelecidos no Projeto Executivo e nas normas aplicáveis segundo a legislação Brasileira.

12.2.2 - Caso haja, porventura, erro(s) de projeto, mesmo que descoberto durante a execução dos serviços, seja no conjunto, subconjunto e detalhes, considerando falta de



TRF2CAP202434035

SIGA



TRF2EDT202400061A

SIGA



especificação técnica geral, como também o bom uso das normas, a Contratada se responsabilizará pela correção do projeto, e por eventuais custos resultantes da execução dos serviços.

12.2.3 - A Contratada é corresponsável pelo produto final, juntamente com a empresa que executará o serviço, no sentido de que este atenda a todos os requisitos técnicos do projeto.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

13.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS, que estão dispostas no ITEM 11 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo), o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA ANÁLISE DE RISCOS:

15.1 - A Análise de Riscos está demonstrada no ITEM 12 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2 - No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

16.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

16.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º ____/2024 – fundamentado na Lei nº 14.133/21

Proc. TRF2-EOF-2024/00156

endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

16.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRADADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/000 ____ – Empresa contratada (snj)

MINUTA

Pág. 9



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 04/12/2024 às 19:10:02.
Documento Nº: 4274483-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4274483-7760>

SIGA 



TRF2CAP202434035



TRF2EDT202400061A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/12/2024 às 13:58:02.
Documento Nº: 4106608.37309419-4924 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4106608.37309419-4924>

SIGA 